

Crise, Hegemonia e Participação Popular: o Nacional-Popular no Peru e no Brasil

André Kaysel

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Resumo. Este trabalho tem por objetivo comparar as trajetórias do nacionalismo popular no Peru e no Brasil, entre os anos 1930 e 1960, representados, respectivamente, pela Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) e pelo trabalhismo de origem varguista, em particular o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Minha hipótese é a de que as trajetórias dos dois movimentos sócio-políticos foram diametralmente opostas: enquanto o aprismo iria do radicalismo à moderação, o trabalhismo teria feito o percurso inverso. Por meio da análise dessas trajetórias discrepantes, pretendo revisitar criticamente alguns dos pressupostos das interpretações “histórico-estruturais” do populismo latino-americano, propondo como solução alternativa, uma abordagem discursiva do fenômeno populista.

Palavras-chave: APRA; trabalhismo; Brasil; Peru; populismo.

Crisis, Hegemony and Popular Participation: the National-Popular in Peru and Brazil

Abstract. This paper has the goal of comparing the trajectories of the popular nationalist movements in Brazil and Peru, represented, respectively, by the American Popular Revolutionary Alliance (APRA) and the varguista labour movement, particularly the Brazilian labour Party (PTB). My hypothesis is that the two political movements have opposite trajectories: while the “aprismo” went from radicalism to moderation, the Brazilian “trabalhismo”, took the opposite path. By analyzing these discrepant trajectories, I will make a critical revision of the suppositions of the “historical-structural” approach to Latin American populism, proposing the “discursive” paradigm as an alternative.

Key-words: APRA; labour movement; Brazil; Peru; populism.

1 Introdução

O problema crucial no advento das democracias modernas foi o da incorporação ao sistema político das camadas subalternas, em particular a dos trabalhadores. A entrada das massas na esfera pública, a progressiva extensão do sufrágio a organização da classe trabalhadora em sindicatos e em partidos classistas legalmente reconhecidos foram momentos decisivos para a consolidação das democracias liberais, ainda que o liberalismo inicialmente fosse avesso a todos eles. Na América Latina, ao longo do século XX, a plena incorporação dos subalternos ficou, até recentemente, bloqueada pela resistência das classes dominantes, dificultando entre nós a democratização do Estado e a estabilização da vida política.

Se os trabalhadores têm sido atores-chave na política latino-americana nos últimos cem anos, as formas assumidas por esta participação diferiram, na maioria das vezes, daquelas assumidas pelo operariado europeu, o qual se organizou de modo geral em partidos socialistas ou socialdemocratas, baseados em uma identidade classista. Já na América Latina, os movimentos das classes subalternas, na maior parte dos casos, organizaram-se em torno das noções de “nação” e “povo”, constituindo partidos de orientação nacionalista e bases poli classistas.

Para nomear e conferir sentido a essa diferença, a maioria dos cientistas sociais que se voltou, desde meados do século XX, para o problema da participação popular na América Latina optou pelo conceito de “populismo”. Categoria de significado impreciso, o único consenso na literatura é o caráter intrinsecamente fugidio dos fenômenos que o termo procura abarcar, como na famosa comparação do populismo com o sapato de Cinderela, feita pelo filósofo político Isaiah Berlin (Mackinnon e Petrone, 2011, p. 11).

Dentre as várias abordagens sobre o tema, tratarei aqui de duas vertentes principais da literatura sobre o populismo latino-americano: os que conceituam o populismo como a forma política de um dado momento do desenvolvimento histórico-estrutural da região e os que o definem como uma forma de discurso político que opõe o “povo” as “elites” ou ao “anti-povo”.

Dessas duas linhas interpretativas, a primeira foi aquela mais amiúde empregada no estudo dos chamados populismos “clássicos”, isto é, os regimes que procuraram combinar nacionalismo econômico, industrialização e incorporação dos segmentos subalternos em moldes corporativistas, como no trio, sempre lembrado, de Vargas, Perón e Cárdenas. O modo de caracterizar o populismo, na abordagem em questão, variou bastante. Poderia ser pensado como fruto da insuficiência dos canais de integração disponíveis para acomodar a mobilização dos setores populares em processo de modernização (Germani, 1974; Di Tella, 1969). Outra explicação considerava o populismo como a superestrutura típica do padrão de acumulação de capital por substituição de importações (Ianni, 1967, 1991; Cardoso e Falletto, 1970). Como desdobramento dessa última explicação, poder-se-ia conceituar o populismo como “Estado de compromisso” entre as frações das classes dominantes diante da ausência de hegemonia, conduzindo à autonomização bonapartista do Estado perante as classes sociais (Weffort, 2003, 1978/1979).

Em que pese essa diversidade de leituras, as interpretações sobre o populismo clássico tendem a convergir para o caráter “estatista” ou “autoritário” do fenômeno. Os regimes populistas incorporariam os trabalhadores “pelo alto”, ou seja: incluindo-os em estruturas corporativistas controladas pelo poder estatal, nas quais os setores populares participariam de modo subordinado. Assim, a heteronomia seria o traço predominante da inclusão promovida pelos regimes populistas. Ao invés de uma mobilização “de baixo” para “cima” por parte de uma classe trabalhadora auto-organizada, como no modelo socialdemocrata europeu ocidental, ter-se-ia a mobilização “de cima” para “baixo” de camadas populares heterônomas, conduzidas por lideranças que se valiam de sindicatos ou partidos vinculados ao aparelho estatal.

Como reflexo de tais formas de organização e mobilização, a ideologia dos movimentos populistas seria caracterizada por ideologias que enfatizariam o papel do Estado como entidade acima dos conflitos sociais e a unidade nacional em detrimento da divisão da sociedade em classes antagônicas. Daí a ênfase no conflito entre a nação e o imperialismo, ao invés do conflito entre capital e trabalho. Desse modo, subjaz a essa argumentação uma visão das formações sociais latino-americanas, como sendo constituídas por sociedades civis frágeis, dominadas e sufocadas por Estados autoritários. Outro suposto dessa literatura é o da oposição entre “massas” amorfas, de um lado, e “classes” conscientes, de outro. Ao interferirem na esfera política sob a forma vaga de “povo”, os trabalhadores revelariam sua falta de experiência política e a ausência de uma consciência de classe. Como resultado, ao invés de se afirmarem como classe antagônica à burguesia, os operários acabariam aceitando sua liderança em nome do nacionalismo e do anti-imperialismo.

O objetivo deste trabalho é o de questionar tais supostos, comparando dois casos de movimentos populistas ou nacional-populares: o da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), no Peru, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no Brasil¹. Enquanto o segundo, fundado por Getúlio Vargas ao final do “Estado Novo”, em 1945, é tido como um caso modelar pela literatura do populismo clássico, o primeiro, criado por Victor Raúl Haya de La Torre ainda nos anos 20, me parece apresentar maiores dificuldades para o conceito de populismo como acima apresentado. Como pretendo demonstrar, ainda que ambas as organizações compartilhem elementos ideológicos análogos – anti-imperialismo, nacionalismo, poli-classismo, etc. – ambas têm origens e trajetórias divergentes, senão mesmo opostas. No caso peruano, o movimento aprista surgiu da embrionária sociedade civil peruana em oposição ao Estado oligárquico, ao passo que o trabalhismo brasileiro surgiu a partir do aparelho do Ministério do Trabalho e dos sindicatos a este ligados.

¹ Por ser este um trabalho voltado para a história das ideias políticas na América Latina, os partidos políticos me interessam enquanto correntes ideológicas, isto é, enquanto portadores políticos de determinadas visões de mundo ou ideologias políticas. Assim, nas páginas que se seguem, me concentrarei nas ideologias veiculadas pelos apistas e trabalhistas, deixando em segundo plano problemas de organização partidária, bases sociais, padrões eleitorais e outras que interessam à literatura especializada em partidos políticos. Para um exemplo de um estudo que analisa partidos enquanto corrente ideológica, ver Brandão (1997).

Dessa maneira, as origens de ambos partidos exprimem padrões divergentes de relações entre Estado e sociedade. Além disso, a trajetória política e ideológica do aprismo e do trabalhismo são opostas. Se o primeiro, após uma origem radical, procurou se moderar para ser aceito pelas elites como parte do jogo político normal, o segundo, passou de um partido sem uma clara identidade ideológica, a uma agremiação reformista em grau crescente de radicalização.

Para compreender essa discrepância entre as trajetórias dos dois movimentos, me remeterei às “conjunturas críticas” ou “crises orgânicas” que possibilitaram seu advento. Enquanto no caso peruano, uma oligarquia muito reduzida exercia um virtual monopólio do poder em associação com enclaves econômicos estrangeiros, no caso brasileiro, alguns setores das oligarquias regionais foram capazes de recompor um bloco de poder mais amplo, voltado para o desenvolvimento industrial e incluindo setores empresariais e de classes médias emergentes. Como resultado, no caso peruano se teriam criado as condições para uma aliança entre uma classe média radicalizada e trabalhadores urbanos e rurais. Já no caso brasileiro, o arranjo político mais abrangente possibilitou uma incorporação dos trabalhadores à esfera pública, ainda que em posição subalterna. Contudo, o aguçamento das contradições do processo de desenvolvimento, teriam criado fissuras no bloco hegemônico, abrindo espaço para a radicalização da classe trabalhadora.

Com essa comparação, quero apontar as insuficiências das teorizações histórico-estruturais sobre os populismos latino-americanos. Como alternativa, proporei a adoção da perspectiva discursiva, como proposta por Ernesto Laclau (1977), que aponta o populismo como forma de discurso que se caracteriza pela oposição entre o “povo”, expressão das maiorias excluídas, e as “elites”, representando as minorias privilegiadas. Além disso, no caso latino-americano, os discursos populistas assumiriam a forma de ideologias nacionalistas populares, como formulado por Josef Itzigson e Matheus Von Hau (2006), associando “povo” e “nação”, de um lado, em oposição às “elites” e ao “imperialismo”, de outro, procurando, por essa via, redefinir e ampliar os limites da comunidade imaginada nacional. O nacionalismo popular, como formação ideológica-discursiva, emergiria justamente nos momentos de crise das estruturas de dominação, quando os grupos dominantes perdem a capacidade hegemônica e os grupos subalternos tentam reformar ou revolucionar as estruturas do Estado.

2 A Crise da “República Aristocrática” e as Origens da APRA

Entre 1895 e 1919, superado o período de conflitos civis e predomínio militar que se sucedeu à “Guerra do Pacífico” (1879-1883), o Peru viveu aquilo que se convencionou chamar de “República aristocrática” (Galindo e Burga, 1994, p. 17-21). Foi uma época em que a pequena camada formada por grandes comerciantes, financistas e latifundiários da costa, politicamente organizada principalmente no Partido Civil (ou civilista), exerceu o monopólio do poder político e social. O acesso à oligarquia era restrito – não apenas pela posse de bens materiais –, mas também pela pertença a alguma linhagem familiar e a certo estilo de vida. Tratava-se, pois, de um grupo social, não apenas com características de classe, mas com fortes traços estamentais (Idem, p. 130-131). O lastro econômico dessa aristocracia litorânea se encontrava nos cultivos de cana-de-açúcar e algodão, cuja exportação e, mais adiante, produção eram controladas por capitais estrangeiros, os quais também controlavam a mineração no altiplano. No caso da cana-de-açúcar, quase toda a produção e comercialização do departamento de *La Libertad*, centro da produção açucareira, estavam controladas, em inícios dos anos 20, por duas companhias: a Cartavio, do grupo Grace, de capital norte-americano, e Casa-grande, do grupo de capital alemão Gildemaister (Claren, 1973). Já a mineração de cobre nos Andes era monopolizada pela empresa estadunidense Serro de Pasco Mining Co. Assim, a oligarquia restringia seu papel econômico ao de mera intermediária entre a economia peruana e os interesses imperialistas (Galindo e Burga, 1994, p. 109-126).

No plano político, a fraqueza do aparato estatal do país impedia que o governo central em Lima pudesse exercer o monopólio da força no conjunto do território nacional. Portanto, o poder

político da oligarquia litorânea só podia ser exercido com o concurso dos latifundiários das regiões andinas, conhecidos como *gamonales*. Eram os *gamonales* que mantinham sob controle, por meio da servidão, paternalismo e violência, o campesinato indígena e, a partir daí, controlavam as rédeas do poder local (Idem, p. 143-175).

Desse modo, o Peru dos tempos da “República aristocrática” era uma sociedade em grande medida pré-capitalista e na qual o poder se exercia mais pela violência – necessária para manter submissas as classes populares, excluídas de qualquer poder político – do que pelo consenso. Os únicos mecanismos de consenso que uniam dominantes e dominados eram, de um lado, a Igreja Católica e, de outro lado, as relações de reciprocidade assimétrica que ligavam os senhores e os camponeses (Idem, p. 145-146).

Contudo, ao final dos anos 1910, a hegemonia política do Civilismo e das classes sociais que representava – os latifundiários e a burguesia urbana ligada ao comércio exportador – estava em crise, devido ao próprio desenvolvimento capitalista dependente do país. No altiplano andino, a expansão do capitalismo no campo irá intensificar o avanço do latifúndio sobre as terras das comunidades indígenas. Como resultado, crescem as rebeliões camponesas: primeiro a revolta de *Rumi Maqui* (Puno, 1915) e depois uma série de sublevações em Puno e em Cuzco (1920-1923). Já no litoral, a modernização das plantations de cana-de-açúcar, promovida pelos capitais estrangeiros, irá levar à formação de um proletariado agrícola que iniciará um esforço de organização sindical, culminando em grandes greves em 1919-1920 e 1922-1923 (Claren, 1973).

Já nas cidades, a incipiente industrialização gerava uma classe operária que, em que pese seu pequeno número, logo se organiza em sindicatos e reivindica direitos sociais. Por fim, a crescente classe média urbana – materialmente prejudicada pelos enclaves agrícolas e politicamente marginalizada pela oligarquia – começa a emancipar-se intelectualmente dos grupos dominantes e a lutar por seu espaço político e por reformas econômicas.

O primeiro desafio frontal ao domínio oligárquico se dá em 1912 quando as massas populares em Lima impõem, por meio da ação direta, a vitória da candidatura de Guillermo Billinghurst à Presidência da República. Rico comerciante limenho, Billinghurst não era, todavia, membro do establishment civilista. Quando prefeito da capital, ganhara o apoio das massas com medidas populares, configurando um proto-populismo. Sua presidência, contudo, duraria pouco, sendo deposta pelo golpe do general Benavides em 1913. Este devolveria, em 1915, o poder ao civilista José Pardo, o qual já ocupara o posto entre 1904-1908.

Em que pese à derrota do movimento de Billinghurst e o retorno dos civilistas, o avanço do processo inflacionário que acompanhou a alta das exportações peruanas durante a Primeira Guerra Mundial iria erodir ainda mais o poder da oligarquia, devido ao descontentamento popular. O auge desse processo são as manifestações estudantis pela Reforma Universitária e as greves operárias de 1918-1919. Inspirados pelo ideário radical, anti-oligárquico, nacionalista e popular que animou os estudantes de Córdoba (Argentina), os estudantes da Universidade de San Marcos se solidarizaram com os trabalhadores grevistas. Esse clima de agitação social – inspirado também pela Revolução Mexicana e pela Revolução Russa – derruba o governo civilista de José Pardo.

A convergência do movimento operário com os grupos estudantis, por ocasião da reforma universitária, teria se produzido de modo mais forte no Peru do que em outros países latino-americanos que, na época, viveram a reforma universitária (Portantiero, 1979). Segundo este autor, isto se deveria à intransigência do *establishment* oligárquico em atender quaisquer reivindicações de ambos os grupos. Foi no bojo dessa aliança operário-estudantil que se projetaram as duas figuras que viriam a representar os dois grandes ramos da esquerda peruana: Victor Raúl Haya de La Torre – então líder do movimento estudantil em São Marcos – e José Carlos Mariátegui, editor do periódico *La Razón*, que apoiava as greves e manifestações². Haya se firmou como principal

² Segundo Galindo (1987), o indigenismo peruano da década de 1920 dividir-se-ia em três vertentes principais: o aprista, de Haya De La Torre, o radical, de grupos de intelectuais dos departamentos andinos – como o cusquenho Luiz E. Valcárcel – e o socialista, de José Carlos Mariátegui. Quanto ao indigenismo de Haya, Montesinos (2002) afirma

liderança da Federação de Estudantes de São Marcos, vindo, em seguida, a presidir a Federação dos Estudantes do Peru (FEP). Defendeu a aliança entre estudantes e operários, a qual, mais tarde, levaria a FEP a criar, em 1923, as Universidades Populares Gonzalez Prada, onde ministrava cursos livres para os trabalhadores. A adoção do nome do poeta e ensaísta Manuel Gonzalez-Prada (1848-1918), pai do moderno indigenismo peruano, indica que a geração de Haya associava o radicalismo político ao indigenismo em seu esforço de negação do legado ibérico e colonial, associado com a oligarquia.

Com a queda do civilista Pardo, sobe ao poder o *outsider* político – em que pese sua fortuna pessoal – Augusto B. Leguía. Este logo substituirá o discurso demagógico inicial por uma política de repressão aos movimentos de reivindicação popular, uma acomodação com os interesses das oligarquias, recurso aos capitais estrangeiros e uma ditadura pessoal, que durará até a crise de 1929-1930. Tal período da história peruana ficará conhecido como o “*oncênio*” *leguista*.

A ruptura entre o novo governo e o movimento popular foi assinalada em 23 de maio de 1923, pelas manifestações contrárias à cerimônia de consagração do Peru ao Sagrado Coração de Jesus, promovida por Leguía. A repressão aos protestos resultou, além das mortes de um estudante e um operário, na prisão e no exílio de diversas lideranças, entre elas Haya de La Torre. No ano seguinte, na Cidade do México, Haya fundaria a Aliança Popular Revolucionária Americana. Inicialmente pensada como uma “frente única de trabalhadores intelectuais e manuais”, a APRA tinha como seu principal objetivo a união dos povos latino-americanos – ou “indo-americanos” como preferia seu fundador – contra o imperialismo dos EUA e as elites locais que o apoiavam. Como os cinco pontos básicos de seu programa máximo, o manifesto de criação da APRA enumerava:

1. Ação contra o imperialismo ianque;
2. Pela unidade da América Latina;
3. Nacionalização de terras e indústrias;
4. Internacionalização do Canal do Panamá;
5. Solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo
(Haya de La Torre, 1926/1936).

Configurava-se, assim, um programa anti-imperialista, nacionalista, latino-americanista e socializante que deveria unir intelectuais, trabalhadores e camponeses em um partido-frente de âmbito latino-americano. Em que pese à clara influência do marxismo e do leninismo, Haya não era e nem nunca seria um marxista ortodoxo, tendo seu pensamento se formado em confronto aberto com este último (Montesinos, 2002, p. 26). Para Haya, a adoção do marxismo pelas elites intelectuais latino-americanas seria mais um episódio de colonialismo mental, como fica claro na seguinte passagem:

Nossos ambientes e nossas transplantadas culturas modernas não saíram ainda da etapa prístina do transplante. Com ardor fanático, tornamos nossos, sem nenhum espírito crítico, apotegmas e vozes de ordem que nos chegam da Europa. Assim, agitamos fervorosos, há mais de um século, os lemas da Revolução Francesa. E assim podemos agitar hoje as palavras de ordem da Revolução Russa ou as inflamadas consignas do fascismo. Vivemos em busca de um padrão mental que nos libere de pensar por nós mesmos” (Haya de La Torre, 2002b, p. 49).

que, em que pese o uso abundante de simbologia indígena e incaica por parte do líder da APRA, este, oriundo do Peru litorâneo, jamais teria compreendido bem a região andina. De fato, Claren (1973) e Galindo e Burga (1994) apontam que as votações do aprismo se concentraram historicamente em Lima e no norte do Peru, sendo mais fracas no sul andino.

Sua formação, portanto, recorria a fontes mais variadas, incluindo, por exemplo, o evolucionismo, o positivismo e a física relativista de Einstein que tinha grande repercussão no período³. Foi justamente dessa última fonte que retirou o conceito de espaço/tempo histórico relativo. A Indo-América viveria em outro espaço/tempo – o do feudalismo –, diferente do da Europa – o capitalismo. Desse modo, se o marxismo era uma doutrina aplicável à realidade europeia, pois pertencia a seu espaço/tempo histórico, não o seria para a realidade indo-americana.

Um bom exemplo dessa combinação de relativismo espaço/temporal e evolucionismo foi fornecido pela concepção de Haya de La Torre com respeito ao fenômeno imperialista:

O aprismo, sintetizando seus pontos de vista teóricos, considera que o imperialismo, última etapa do capitalismo nos povos industriais, representa, entre os nossos, a primeira etapa. Nosso capitalismo nasce com o advento do imperialismo moderno. Nasce, pois, dependente e como resultado da culminação do capitalismo na Europa, Inglaterra especialmente (Idem, p. 63).

Dessa maneira, se o autor endossa a famosa definição leninista do Imperialismo como “fase superior do capitalismo”, ele a restringe à Europa e ao espaço-tempo do capitalismo avançado. Na Indo-América, o Imperialismo foi, pelo contrário, a “primeira fase” do capitalismo.

Nessa chave, o Imperialismo seria não apenas uma etapa histórica incontornável, como também teria seu lado benéfico, por trazer às economias indo-americanas a técnica e os métodos produtivos modernos. O capitalismo seria uma etapa histórica destinada a ser substituída por outra – o socialismo –, mas seria um degrau do desenvolvimento histórico inescapável para todas as sociedades humanas.

Diante desse diagnóstico, o fundador da APRA rejeitava as teses que sustentavam, de um lado, a superação da dependência econômica por meio de uma revolução socialista, ou, por outro, a conciliação da independência com o desenvolvimento capitalista. No primeiro caso, ignorar-se-ia o caráter embrionário do capitalismo latino-americano, conforme enunciado acima. Já no segundo, desconhecia-se o obstáculo representado pelos capitais imperialistas, os quais não admitiriam a competição dos países da região (Idem, p. 61-62).

Para Haya, a solução do impasse estaria na constituição de um Estado anti-imperialista, o qual, por meio de uma progressiva nacionalização das fontes de produção, regularia os intercâmbios do país com o exterior, impedindo o capital imperialista de ameaçar a soberania nacional. Esse Estado seria, em sua visão, um órgão de defesa das classes produtoras, camponeses, operários e classes médias (Idem, p. 65). Quanto à forma, tal Estado assumiria um perfil corporativista, como fica claro na seguinte passagem:

Nós, os apristas, propiciamos um tipo de Estado baseado, não no cidadão como quantidade, mas sim no cidadão como qualidade. Assim, nosso Estado tenderá a ser um Estado baseado na participação de todos aqueles que contribuam, de uma forma ou de outra, com trabalho, isto é, à formação da riqueza nacional (...) (Idem, 2002a, p. 183).

Para que o Estado fosse bem-sucedido nessa função de defesa econômica seria fundamental a unidade política da América Latina para evitar que o imperialismo pudesse, diante do controle que um país pretendesse exercer sobre seus investimentos, escolher outro que lhe abrisse as portas (Idem, p. 64). Eis aí o caráter do Anti-Imperialismo aprista: estabelecer a dinâmica e o controle do desenvolvimento capitalista a partir “de dentro”, afirmando-se a soberania nacional por meio da ação planejadora do Estado.

³ Para a repercussão da ideia de Einstein, segundo a qual espaço e tempo seriam categorias relativas, bem como de outras novas correntes filosóficas no pensamento latino-americano da década de vinte, ver Funes (2006 p. 45-68 e p. 75-79).

Como lembram Galindo e Burga, a atuação do imperialismo no Peru – país cuja economia era marcada, de um lado, pelos enclaves mineiros e, de outro, pela agricultura de exportação – gerou uma forte reação na forma de uma consciência nacional, calcada em um nacionalismo econômico. O caráter desse nacionalismo, todavia, não era unívoco e dependia das diferentes classes que o expressavam. A liderança desse movimento nacionalista foi, no final dos anos 1920, disputada por Haya de La Torre e Mariátegui, os quais plasmaram suas versões mais duradouras (Galindo e Burga, 1994, p. 125).

A defesa da organização de um partido poli classista e da precedência dos objetivos nacionalistas sobre os socialistas levaram os apristas a romper com os comunistas já na Conferência Anti-imperialista, realizada em Bruxelas em 1927 (Montesinos, 2002, p. 33-34). No ano seguinte, a orientação de Haya para que os apristas peruanos se organizassem em um partido nacionalista que lançasse sua candidatura à Presidência e iniciasse um levante contra Leguía levou a ruptura com os simpatizantes peruanos da III Internacional, reunidos em torno da revista *Amauta* e da liderança intelectual de José Carlos Mariátegui (Quijano, 1991, p. 122-123). Estes últimos irão se organizar no Partido Socialista Peruano (PSP), fundado em 1928, rebatizado, em 1930, como Partido Comunista do Peru (PCP).

Com seus principais líderes exilados, e com a defecção dos marxistas, não será até 1930-1931 que o APRA organizar-se-á como partido político no Peru. Com a queda de Leguía e o retorno de Haya de La Torre, começam os esforços de organização do partido, o qual ganha rapidamente adeptos entre as classes médias e trabalhadores urbanos e rurais do litoral peruano, em especial do norte, de onde vinha não apenas seu líder máximo, como a maior parte do círculo dirigente que o cercava. Como bem demonstrou Claren (1973), a já aludida expansão de dois grandes enclaves agroexportadores de capital estrangeiro nas regiões canavieiras tendia a aproximar uma classe média radicalizada e um proletariado crescentemente organizado.

Nas eleições presidenciais de 1931, Haya de La Torre ficaria com o segundo lugar, derrotado pelo cel. Sánchez Serro, quem havia liderado a rebelião que derrubara Leguía e que contava com o apoio dos antigos grupos oligárquicos, temerosos de uma vitória da APRA. Alegando fraude eleitoral, os apristas desenvolveriam uma oposição intransigente ao novo governo, o que levou este a proscrever o partido, prendendo e exilando seus dirigentes. As perseguições levaram os apristas de Trujillo (cidade natal de Haya e capital de La Libertad) a uma insurreição que terminaria com a morte de seis mil rebeldes.

O massacre de Trujillo acabaria servindo como um mito unificador do imaginário aprista, em torno das ideias de martírio e sacrifício, inúmeras vezes lembradas nos discursos do próprio Haya de La Torre (Claren, 1973). Entre os anos 1930 e 1960, o APRA manter-se-á como principal partido de massas do país, apesar da repressão e da clandestinidade que viverá por períodos prolongados. Para ser aceito como parte da vida política legal, a direção aprista fará um esforço crescente de moderação de sua ideologia e programa sem, no entanto, conseguir eliminar o veto das elites peruanas. Como apontam Martucelli e Svampa (2011), a proscrição do APRA terá como seus principais efeitos a instabilidade permanente do sistema político-partidário peruano e a carência de legitimidade do regime. Algo análogo ao que ocorreu na Argentina entre 1955 e 1973 com a proscrição do peronismo. Não por acaso, Collier e Collier (2002) arrolam o Peru ao lado da Argentina como casos de uma incorporação bloqueada dos trabalhadores à arena política, levando a uma situação de impasse e conflito permanente.

Para concluir é interessante notar que na ideologia aprista, como exemplificada nos trechos acima citados das obras de Haya de La Torre, estão muitos dos elementos que a literatura sobre o populismo clássico identifica como sendo típicos do nacional-popular: a precedência do anti-imperialismo e do nacionalismo sobre a identidade de classe; o papel central conferido ao Estado como promotor do desenvolvimento e a defesa de estruturas corporativistas que organizem distintos interesses de classe. Contudo, tal ideário foi formulado por um partido organizado de baixo para

cima, a partir de círculos intelectuais dissidentes, movimentos estudantis e sindicatos autônomos. Não apenas o partido não foi estruturado a partir do Estado, como o foi em oposição a ele.

As próprias fontes ideológicas do corporativismo, no caso aprista, me parecem distintas daquelas geralmente aludidas. Ao invés do fascismo e dos regimes autoritários de direita da Europa dos anos 1920 e 1930 (Espanha, Portugal, Polônia etc.), as referências explicitamente invocadas por Haya são, de um lado, a Constituição mexicana de 1917, com sua previsão de direitos sociais e da defesa da riqueza nacional, e o trabalhismo inglês, com o qual o autor identifica o partido aprista⁴. Dessa maneira, a defesa de formas de organização corporativa na América Latina não necessariamente se vincula a programas conservadores e autoritários podendo também ser encontrada à esquerda no espectro político-ideológico.

3 Entre o Getulismo e o Reformismo: a Trajetória do Trabalhismo Brasileiro

Como dito no início deste artigo, se o caso do aprismo apresenta claras dificuldades para a abordagem histórico-estrutural do populismo, o caso do trabalhismo brasileiro costuma ser empregado como um caso modelar para exemplificar os movimentos e regimes populistas no período entre os anos 1930 e 1960. Porém, pretendo demonstrar que, em que pese suas origens na estrutura do Estado Novo, o Partido Trabalhista Brasileiro, interagindo com as contradições do processo de desenvolvimento capitalista desencadeado a partir de 1930, ganhou rumos políticos inesperados, convertendo-se, às vésperas do golpe civil-militar de 1964, na principal organização reformista, abrigando em seu interior uma importante corrente de esquerda nacionalista.

Para entender a história do trabalhismo, faz-se necessário recuar à Revolução de 1930, quando uma heterogênea coalizão social e política encabeçada por Getúlio Vargas derrubou o regime liberal oligárquico vinculado aos interesses primário-exportadores que monopolizavam o poder desde o início do período republicano. A quebra do monopólio exercido pelos setores agroexportadores, em particular a cafeicultura paulista, possibilitou o acesso ao Estado de novas classes. Sob a égide da fração das oligarquias voltada para o mercado interno, ganharam espaço crescente as classes médias – por meio da burocracia civil e militar – e o nascente empresariado industrial (Bresser-Pereira, 1979, p. 270).

Após um período de instabilidade e indefinição, o novo pacto se estabiliza no regime ditatorial do “Estado Novo” (1937-1945). Sob o novo regime, Getúlio Vargas promoveu a incorporação, ainda que subalterna, dos trabalhadores urbanos pelo duplo mecanismo da CLT e do sindicalismo corporativo que, se por um lado, garantiu acesso à cidadania, por outro, controlava a representação da classe.

Embora o tema do corporativismo seja bastante conhecido, é útil recordar, como assinala Gomes (2005, p. 175-178), que a mobilização dos trabalhadores em torno da figura de Vargas e dos direitos sociais por parte do sindicalismo corporativo, não é uma característica de todo o período estado-novista. Pelo contrário, nos primeiros cinco anos do regime, o movimento operário encontrava-se inteiramente prostrado pela repressão e a estrutura sindical oficial seria completamente desprovida de representatividade junto aos trabalhadores, não havendo esforços significativos no sentido de dar-lhe vida. A situação só iria mudar no final de 1942 com a entrada de Alexandre Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, o qual também acumulou a pasta da Justiça até o início de 1945. O novo ministro deu início a uma grande campanha de mobilização da classe operária, valendo-se de instrumentos como as transmissões da “Hora do Brasil” na Rádio Nacional, de publicações oficiais, dos comícios do 1º de Maio e de programas de formação de lideranças sindicais, procurando interpelar os trabalhadores e difundir uma nova ideologia: o trabalhismo (Idem, p. 211-218).

⁴ O manifesto de criação da APRA, acima citado, foi publicado originalmente na Revista *Labour Monthly*, em Londres no ano de 1926.

Esse ideário seria voltado para a construção da imagem do trabalhador brasileiro como sendo uma parte fundamental da comunidade nacional e, por isso mesmo, portador de legítimas aspirações a serem satisfeitas pelo Estado. Por outro lado, o trabalhismo enfatizaria a importância da figura do presidente Vargas, o qual justamente teria reconhecido essas aspirações, consagradas por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), promulgada em 1943 (Idem, p. 218-226). Dessa maneira, tanto Marcondes quanto Vargas procurariam constituir os trabalhadores como uma das principais bases organizadas para a sustentação de sua política, já antecipando que a ditadura estaria se esgotando e que uma abertura teria de ser feita.

O caráter dessa abertura não estava claro. No que tange à necessidade de organização partidária, uma primeira opção seria a de organizar as duas bases do regime em um único partido: os interventores e suas máquinas estaduais e os sindicatos e sua base operária. Porém, tanto os interventores, quanto os sindicalistas, acabariam resistindo à proposta (Idem, p. 269-270). Em 1945, diante da ofensiva da oposição liberal, expressa na União Democrática Nacional (UDN), e da iniciativa dos interventores de organizar um partido de perfil conservador e que excluía os trabalhadores, o Partido Social Democrático (PSD), o grupo organizado em torno do Ministério do Trabalho optou, com o aval de Vargas, por criar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), nominalmente inspirado no trabalhismo inglês. Outra motivação para a criação de um partido trabalhista baseado nos sindicatos seria a competição com os comunistas, os quais, recém-legalizados, tinham crescente prestígio junto aos operários. Embora Gomes (2005) minimize a motivação anticomunista na criação do PTB, ela é enfatizada por Delgado (1993) e reconhecida mesmo por Muniz Bandeira (2001), autor de clara simpatia trabalhista. No entanto, o que interessa frisar aqui é que a criação do PTB aponta para as tensões internas ao próprio grupo dirigente do Estado Novo e entre os componentes conservador e popular do Varguismo, as quais irão levar à queda do próprio Getúlio, deposto por um golpe encabeçado pelo gen. Dutra em 29 de Outubro de 1945. Afinal, o fato de Vargas dirigir-se aos trabalhadores com um discurso mobilizador, inclusive com uma aproximação com o PCB (Partido Comunista Brasileiro) – o qual aderiu ao “queremismo” –, para permanecer no poder, assustava as elites conservadoras.

Para o historiador estadunidense John D. Frenche, a aposta que Getúlio Vargas fez no potencial político da classe trabalhadora – a qual já contaria em 1945 com cerca de um milhão de membros – teria alterado os rumos de um processo de democratização, até então contido nos limites da política oligárquica brasileira (Frenche, 2011, p. 60). Questionando teses consagradas sobre o fenômeno populista – como a da troca clientelista de benefícios por votos ou a da imaturidade política dos migrantes recentes – Frenche enfatiza que a convocatória getulista genérica aos “trabalhadores”, em vez de ter constituído um obstáculo ao desenvolvimento de uma identidade de classe, teria proporcionado um “ponto de reunião comum” à classe operária (Idem, p. 65).

Mas por que mobilizar a classe trabalhadora? Qual era o lugar do trabalhismo no projeto de Vargas? Formado na matriz ideológica do positivismo da oligarquia castilhistas gaúcha, modernizante e antiliberal, Vargas perseguiria um projeto de desenvolvimento nacional autônomo e centralização política, culminando na ditadura do “Estado Novo”. Porém, nos momentos finais desse regime, quando o novo balanço de poder mundial do pós-guerra deixava claro que seria preciso retornar à democracia, Getúlio teria se defrontado com a ameaça aos dois pilares desse projeto – a legislação trabalhista e o nacionalismo econômico – representada pelo retorno dos grupos liberal oligárquicos e a avassaladora hegemonia internacional dos EUA (Bodea, 1992, p. 148-149). Assim, Vargas, o qual tinha uma notável aversão aos partidos, se viu diante da necessidade de considerar o problema da organização partidária. Diante dele se colocavam duas opções: organizar um partido que centralizasse as máquinas regionais das oligarquias (enfatizando o aspecto conservador e conciliador de seu projeto) ou criar um partido de massas com base nos trabalhadores urbanos (dando a sua liderança uma base de sustentação popular autônoma em relação aos grupos dominantes) (Idem, p. 150).

Ambas as apostas continham riscos. No primeiro caso, o de que o partido, permeável aos interesses liberal-conservadores, se voltasse contra seu criador e seu projeto nacional. No segundo, o de que um partido popular conduzisse a um conflito aberto com as classes dominantes, o qual sairia do controle do próprio Vargas (Idem, p. 151). Vargas tentaria combinar os dois caminhos, porém, o golpe de 29 de Outubro 1945 eliminaria sua pretensão de fazê-lo a partir de uma posição de poder. A nova situação dificultava sobremaneira o controle de Vargas sobre o PSD – partido de vocação eminentemente oficialista – o que o leva a dar maior importância ao PTB. Apesar do distanciamento em relação ao PSD, após a aliança entre Dutra e a UDN para depô-lo, Vargas manterá essa estratégia dual durante todo o período 1945-1954 (Idem, p. 152)⁵.

É interessante notar, como o faz Bodea, que os riscos acima aludidos das duas estratégias, se concretizaram. No primeiro caso, o melhor exemplo é o já referido golpe de 29 de Outubro de 1945 e, no segundo, a crise de seu segundo governo que o conduziria ao suicídio em 24 de Agosto de 1954 (Idem, p. 150-151).

A crise do segundo governo de Getúlio Vargas ilustra bem as contradições que afloravam no processo de desenvolvimento capitalista ao qual ele mesmo dera impulso desde 1930. Como analisa Ruy Mauro Marini, o desenvolvimento capitalista dependente gerou no Brasil, no início dos anos 1950, de um lado, uma “cisão vertical”, opondo os interesses do capital industrial e agroexportador e, de outro, uma crescente pressão de baixo, vinda da classe trabalhadora que ameaçava romper os limites impostos à sua ação pela legislação herdada do “Estado Novo” (Marini, 2000, p. 14). Os efeitos sobre o trabalhismo da maior autonomização dos trabalhadores pode ser bem exemplificado pelas mudanças na política sindical do Ministério do Trabalho. Gomes e D’Araújo, por exemplo, apontam que, se no governo de Dutra, o Ministério do Trabalho interveio ativamente nos sindicatos com propósitos repressivos, no segundo governo Vargas, em especial na gestão de João Goulart na referida pasta, os mecanismos repressivos foram, em grande medida, abandonados, abrindo novas perspectivas para a atuação do movimento operário, inclusive os comunistas (Gomes e D’Araújo, 1985, p. 46-47; p. 60-62).

Aliás, se em 1947, com o objetivo de eliminar um competidor pela direção do operariado, o PTB votou pela cassação do registro do PCB, após o suicídio de Vargas, as duas organizações, antes hostis, começaram a colaborar, primeiro no plano sindical e, em seguida, no político-partidário (Brandão, 1997)⁶. Essa ida à esquerda foi acompanhada por um esforço de maior definição ideológica. Lucília Neves de Almeida Delgado demonstra que, ao longo da experiência democrática de 1945-1964, o trabalhismo definiu um ideário característico formado pelo nacionalismo desenvolvimentista, bem representado por Getúlio Vargas em seus últimos anos, e pela defesa de políticas de reforma e bem-estar social, cujo principal expoente foi o ideólogo e político gaúcho Alberto Pasqualini (Delgado, 2001). Essas duas influências foram sintetizadas pela geração de dirigentes que comandariam o partido após a morte de seu fundador, em especial João Goulart e Leonel Brizola.

Essa clara inclinação reformista pode ser identificada no seguinte trecho da última mensagem presidencial de Jango, enviada ao congresso às vésperas do Golpe de 1964:

⁵ Aqui é bom lembrar que, entre 1948 e 1950, Dutra buscou ativamente um acordo estável com a UDN para isolar o PTB e a figura de Vargas na política brasileira (Delgado, 1993). Se este acordo, frustrado pelas divergências quanto a uma candidatura única em 1950 e pela influência de Getúlio no PSD, teria representado uma reorganização da política nacional, já que PSD e UDN eram os partidos que dividiam o apoio dos grandes proprietários do interior.

⁶ As relações entre trabalhistas e comunistas, no período 1945-1964, foram marcadas pela ambiguidade, indo de uma aliança tática em 1945, passando à hostilidade aberta nos anos seguintes e, por fim, culminando em uma aliança estratégica no final do período. Para autores como Weffort (1978/1979), esse padrão assinalaria uma capitulação do PCB ao nacionalismo e ao corporativismo, estranhos à sua orientação classista original. Já para Brandão (1997), a aliança com os trabalhistas era a única opção de um partido clandestino e que, além disso, compartilhava com os trabalhistas uma origem no positivismo e a defesa da industrialização e do desenvolvimento. Não tenho condições de desenvolver o assunto aqui. Abordei o tema em outro lugar, contrastando o padrão de relacionamento entre comunistas e nacionalistas no Brasil, com aquele que se estabeleceu no Peru (Kaysel, 2013).

Os mais agudos contrastes que a sociedade brasileira apresenta, na atual fase de seu desenvolvimento, são de natureza estrutural (...). Por isso mesmo, estruturais essas contradições só poderão ser resolvidas mediante reformas capazes de substituir as estruturas existentes por outras compatíveis com o progresso realizado e com a conquista dos novos níveis de progresso e bem-estar (Goulart, 1964, p. 1).

Em outras passagens do mesmo discurso, o presidente detalha a natureza dos problemas “estruturais” que as “reformas” deveriam atacar:

O grande problema do nosso tempo não reside apenas na desigualdade entre países ricos e pobres, que tão flagrantemente caracteriza o cenário mundial, mas o fato de que o fosso entre uns e outros tende a aprofundar-se progressivamente, por força de maior velocidade de capitalização das nações industrializadas.

Assim, se o desnível entre os dois mundos – industrializados e em vias de desenvolvimento – já é de si insuportável, tende a assumir proporções explosivas se não forem retificadas as condições atuais da economia internacional. Os países em desenvolvimento, como o Brasil, basicamente exportadores de produtos primários, não mais podem assistir impassíveis ao continuado aviltamento dos preços de suas exportações, no processo residual de um sistema colonialista já ultrapassado e repellido (Idem, p. 2).

Em um trecho anterior, afirma:

Não é possível admitir-se continuem em vigor normas, padrões e valores que, em nosso meio, principalmente nas áreas rurais, perpetuam formas de relações de trabalho inspiradas nos resíduos de uma concepção aristocrática e feudal da vida e do mundo ou alicerçadas nas falsas premissas e nas hierarquizações injustas de um liberalismo econômico adverso aos encargos e às exigências do Estado Moderno (Idem, p. 1).

As passagens citadas ilustram bem a formação do ideário descrito por Delgado (2001), calcado na busca da soberania econômica e na luta por reformas sociais (a agrária, em particular). Aliás, o nacionalismo reformista foi o ponto de encontro do conjunto das esquerdas brasileiras em inícios da década de 1960, cristalizados na consigna das “reformas de base”.

Em síntese, o trabalhismo foi, ao mesmo tempo, causa e consequência de fissuras no pacto entre as elites forjado no “Estado Novo”, as quais se aprofundaram com as crescentes contradições ensejadas pelo desenvolvimento dependente do capitalismo brasileiro. Assim se pode entender como um partido oriundo da burocracia de um Estado autoritário e conservador pode se converter em cerca de quinze anos na principal força progressista e reformista do país. Como nos lembra o historiador Daniel Aarão Reis, as chamadas “teorias do populismo”, como nas obras dos já citados Ianni e Weffort, acabaram por fazer tábula rasa da riqueza da experiência política das classes trabalhadoras durante esse período, ao privilegiar sua heteronomia perante o Estado (Reis, 2001, p. 375).

4 As Crises de Hegemonia e o Advento do Discurso Populista

Vistos em chave comparada o APRA peruano e o PTB brasileiro compartilham algumas semelhanças no que tange à sua ideologia: o nacionalismo anti-imperialista, o apelo aos subalternos, o “povo”, contra as elites, as “oligarquias”, além da defesa de um desenvolvimento econômico soberano encabeçado pelo Estado. Porém, suas trajetórias, como procurei demonstrar ao longo do texto, foram em grande medida opostas. O aprismo nasceu como um movimento de reforma a partir de baixo e contra um Estado oligárquico, posteriormente se moderando para se inserir legalmente na vida política. Já o trabalhismo surgiu a partir de uma fração do grupo dirigente do Estado brasileiro, mas, diante dos antagonismos com outras frações dominantes, foi se aproximando dos trabalhadores e se radicalizando no processo.

Tais discrepâncias podem ser compreendidas comparando-se alguns traços fundamentais das formações sociais peruana e brasileira. No Peru, a extrema estreiteza dos círculos oligárquicos e a presença ostensiva do capital estrangeiro – sob a forma dos enclaves agrícolas e mineradores –, geraram uma classe média urbana marginalizada e inclinada a posições radicais e contrárias à dominação econômica estrangeira (Claren, 1973; Galindo e Burga, 1994). Além disso, não se deve desprezar a importância da fratura entre o Peru litorâneo e ibérico e o do altiplano, indígena, a qual tencionava o conjunto da formação social do país (Galindo, 1987).

Já no Brasil, o bloco oligárquico era mais complexo e diversificado, mantendo variadas relações de cooptação com as classes médias urbanas. Além disso, o fato de que o setor agroexportador brasileiro estava, como lembram Cardoso e Falletto (1970), em grande medida, em mãos de nacionais diminuía a visibilidade da presença dos capitais estrangeiros, os quais não chegavam a ser formulados como um problema “político”.

Essas distintas características das duas formações sociais jogam luz sobre o modo diferente pelo qual se desdobraram as crises da dominação oligárquica. No caso peruano, chama a atenção a grande instabilidade da dominação oligárquica, tendo sido abalada já em 1919. Além disso, também é notável a resistência das elites tradicionais, após 1930, em permitir o alargamento da arena política, com a incorporação de novos atores sociais e políticos.

Já no caso brasileiro se dá o oposto. É flagrante a capacidade de algumas frações das antigas elites regionais de recompor um bloco de poder, incorporando as classes médias, a burguesia industrial e mesmo os trabalhadores urbanos. Assim, enquanto as elites peruanas conformavam uma classe dominante, mas não dirigente, dependendo, sobretudo, da coerção, as brasileiras, ainda que recorrendo ao autoritarismo, revelaram maior capacidade hegemônica. Esse diferencial na capacidade diretiva pode explicar por que, no Peru, o advento de uma força nacional-popular foi relativamente precoce – tendo sido a APRA fundada ainda em 1924 –, ao passo que no Brasil foi mais tardia, datando do início dos anos 1950 com a crise do segundo governo Vargas. Essa relação distinta com o Estado também pode auxiliar a entender o peso distinto dos intelectuais e ideólogos nas duas tradições políticas. Afinal, uma figura como Haya de La Torre a qual era, a um só tempo, o principal líder de massas e o ideólogo oficial da APRA, não tem paralelo em nenhuma das lideranças trabalhistas como Vargas, Goulart ou Brizola. Os intelectuais ou doutrinadores, ou tinham importância regional – como o já citado Pasqualini –, ou tinham peso secundário, como foram os casos de Rolland Corbisier ou Alberto Guerreiro Ramos⁷.

Mas além de um caso jogar luz sobre as especificidades do outro, a comparação entre o aprismo e o trabalhismo auxilia a repensar alguns pressupostos teóricos do debate sobre o populismo. Um bom exemplo seria o da definição do fenômeno populista como sendo funcional para um determinado padrão de acumulação de capital. Essa “funcionalidade” se daria por meio das estruturas corporativistas que controlariam os trabalhadores e conciliariam o conflito capital e trabalho. No caso peruano, esse padrão simplesmente nunca ocorreu, sendo o partido nacional-popular proscrito por longos períodos. Mesmo no caso brasileiro em que os arranjos corporativos foram de fato implementados, a guinada nacional-popular do varguismo esteve claramente associada com a crise de tais mecanismos.

Como então entender o populismo? Deve o conceito ser simplesmente abandonado, como sugere Roxborough (1984, p. 14)? Sustento que, se se deixa a abordagem histórico-estrutural e se passa à discursiva, o conceito de populismo ainda pode ser fecundo para se pensar certos fenômenos políticos.

⁷ Ambos intelectuais, os quais foram ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), procuraram entrar na política profissional por meio do trabalhismo. Corbisier foi eleito deputado estadual pelo PTB na Guanabara em 1960; já Ramos se candidatou a deputado federal em 1962, mas não se elegeu, assumindo mais tarde uma suplência. Para a atuação política dos intelectuais vinculados ao ISEB, ver Pereira (2002). Já para o lugar de Pasqualini no trabalhismo gaúcho e sua relação contraditória com Vargas, ver Bode (1992, cap. 2).

Para o teórico político argentino Ernesto Laclau, o populismo poderia ser definido como a articulação de interpelações popular-democráticas em um discurso que se apresente como antagonístico ao do bloco de poder (Laclau, 1977, p. 172-173). As condições para a emergência desse modo de articulação se dariam em momentos de crise da capacidade do bloco de poder de neutralizar os antagonismos das classes subalternas, ou seja, uma crise do transformismo (Idem, p. 175). Tal “momento populista” poderia, a depender da própria dinâmica de tal crise e das especificidades da formação social, ser apropriado por diferentes classes. Assim, uma fração das classes dominantes, interessada em reorganizar o bloco no poder ou as estruturas do Estado, poderia estimular o antagonismo entre as interpelações populares e a ideologia dominante, ou, por outro lado, uma classe subalterna, poderia apelar a esse mesmo antagonismo entre o “povo” e o bloco de poder num sentido revolucionário (Idem, p. 174).

Uma crítica que se poderia fazer à adoção da concepção discursiva do populismo é que está última seria ampla e vaga demais, abarcando fenômenos muito diversos sob a mesma definição. Porém, como adverte o próprio Laclau (1977), seu intuito seria, justamente, o de levar a sério a amplitude dos usos do termo, procurando na forma de articulação do discurso político aquele elemento comum que permitiria classificar diversas experiências políticas, ocorridas em espaços sociais e históricos bastante díspares, como “populistas”. Além disso, a definição proposta por Laclau, que combina uma definição discursiva do populismo com a análise das condições estruturais, me parece bastante frutífera para os dois casos em exame. Tanto Haya de La Torre, em seu “discurso/programa” de 1931, quanto Goulart, em sua mensagem presidencial de 1964, opõem o “imperialismo” e seus aliados internos, de um lado, à nação e ao povo, de outro. A crise da hegemonia como condição para a emergência do discurso populista também comparece nos dois casos. Tanto o Peru, entre os anos 1920 e 1930, como o Brasil, no início dos anos 1930 e entre os anos 1950 e 1960, viveram aquilo que Collier e Collier (2002, p. 32) denominaram “conjunturas críticas”, isto é, situações de crise nas estruturas de dominação que ensejam a incorporação de novos atores e a reorganização da arena política, com resultados de longo alcance. Outro conceito que capta o mesmo fenômeno é o de “crise orgânica”, formulado por Gramsci (2002, p. 36-37) para designar as crises da hegemonia das classes dirigentes, as quais abrem espaço para o questionamento da ordem vigente.

Porém, para mais bem compreender a especificidade de formações ideológico-discursivas como o aprismo e o trabalhismo, faz-se necessário referir-se ao tipo de nacionalismo que ambos representam. Para Itzigson e Von Hau (2006), a singularidade da formação das identidades nacionais na América Latina estaria no caráter “inacabado” das comunidades imaginadas nacionais. Devido à persistência de estruturas de dominação legadas pelo passado colonial, classes sociais e grupos étnicos se encontrariam excluídos da comunidade nacional, imaginada após as independências do século XIX⁸. Como resultado, em meados do século XX, teriam surgido formas de nacionalismo popular que, por meio da articulação de elementos como anti-imperialismo, oposição entre “povo” e “elites”, ou corporativismo, procurariam reformular a comunidade nacional, alargando seus limites para incorporar os grupos anteriormente excluídos. O sucesso dos movimentos nacionalistas populares – apoiados nos subalternos e em elites marginalizadas – poderia variar: indo de um caso bem-sucedido de reorganização do imaginário nacional (como no México, pós-revolucionário), sucesso parcial (como no caso da Argentina dos períodos yrigoyenista e peronista) ou fracasso (como no caso do Peru com o aprismo).

O tema da nação, como proposto por Itzigson e Von Hau, confere centralidade ao problema da inclusão/exclusão das classes subalternas, o que retoma o tema com que iniciei este artigo: o do acesso à cidadania política das camadas populares como pré-condição para a democracia. Na América Latina, os movimentos nacional-populares foram o veículo predominante para a entrada dos trabalhadores na vida política. Como sintetiza Alberto Aggio, a emergência das massas na vida

⁸ O conceito de “comunidade imaginada” para definir a nação é de Anderson (1993).

política latino-americana em inícios do século XX deparou-se com as insuficiências das instituições liberais vigentes para incorporá-las. Esse fato, associado à situação de dependência experimentada pelos países do subcontinente, teria aproximado o problema da incorporação das classes subalternas ao tema da “questão nacional”. Dessa maneira, as noções de “massas”, “povo” e “nação” acabariam por se imbricar no vocabulário político da região (Ágio, 2003, p. 140).

A persistência dessas formas de incorporação das massas populares aparentemente resistiu aos limites históricos da industrialização por substituição de importações, aos quais as teorias histórico-estruturais do populismo lhes queriam confinar. Afinal, com a crise da hegemonia neoliberal na região, na primeira década do século XXI, novos movimentos de esquerda ou de centro esquerda, como aqueles encabeçados por líderes como Hugo Chávez (Venezuela), Rafael Correa (Equador), Evo Morales (Bolívia) ou Néstor e Cristina Kirchner (Argentina), parecem retomar em seus discursos os velhos temas do ‘povo’ e da “nação” *versus* as “oligarquias” e o “imperialismo”. É certo que há grandes diferenças entre o contexto histórico-social da América Latina em meados do século XX e no início do presente século. Porém, o interessante é apontar como o nacionalismo popular, como forma de organizar o imaginário político dos subalternos, reapareça em espaços e tempos distintos no subcontinente, possivelmente indicando que os temas articulados nesta formação ideológico-discursiva fazem sentido diante de obstáculos recorrentes enfrentados pelas camadas populares latino-americanas em seus esforços por intervir na arena política, como foi sugerido pela passagem de Ágio, acima citada. O que desejo enfatizar, à guisa de conclusão, é que estudar os exemplos do nacionalismo popular do século XX é útil, não apenas para quem queira entender o passado, mas também para os que desejam interpelar o presente.

Referências

- AGGIO, A. A emergência das massas e a teoria do populismo na América Latina. In: _____; LAHUERTA, Milton (Orgs.). *Pensar o século XX: política e história na América Latina*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- BODEA, M. *Trabalhismo e populismo: o caso do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.
- BRANDÃO, G. M. *A esquerda positiva: as duas almas do partido comunista (1920-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados*, v. 5, n. 3, 1977.
- CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.
- CLAREN, P. *Modernization, deslocation and ‘apristmo’: the origins of the Peruvian aprista party (1879-1930)*. Austin: University of Texas Press, 1973.
- COLIER, R.; COLIER, D. *Shaping the political arena: labour movements and the state in Latin America*. Notredame: University of Notredame Press, 2002.
- DELGADO, L. A. N. *O PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- _____. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo*. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DI TELLA, T. S. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- FRENCH, J. Los trabajadores industriales y el advenimiento de la república populista en Brasil. In: MACKINNON, M. M.; PETRONE, M. A. (Orgs.). *Populismo y neo-populismo en América Latina*. Buenos Aires: Eudeba, 2011.
- FUNES, P. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política em los años veinte latino-americanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.
- GALINDO, A. F. *Buscando un inca: identidade y utopia en los andes peruanos*. Havana: Editorial Casa de Las Americas, 1987.
- _____. E BURGA, M. Apogeu y crisis de la república aristocrática. In: _____. *Obras completas*. (v. 1). Lima: Fundación Andina, 1994.

- GERMANI, G. *Política e sociedade em uma época de transformação*. São Paulo: Mestre Jou, 1994.
- GOMES, A. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- _____; D'ARAÚJO, M. C. *Getulismo e trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1985.
- GOULART, J. *Mensagem do presidente da República ao Congresso Nacional*, 1964.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere* (v. III). Caderno 13. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HAYA DE LA TORRE, V. R. Discurso/Programa. In: _____. *Haya de La Torre o la política como misión civilizadora, estudo introdutório e notas de Jorge Nieto Montesinos*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2002a.
- _____. *El anti-imperialismo y el APRA*. [Online] Santiago: Editorial Ercilla, 1936. Disponível em <<http://antimperialismo.tripod.com/index.html>> Acesso em: 09/06/13.
- _____. El aprismo és una doctrina completa y un método de acción realista. In: MONTESINOS, J. N. (Org.). *Haya de La Torre o la política como misión civilizadora*. México D. F.: FCE, 2002b.
- KAYSEL, A. Uma relação ambígua: marxismo e nacionalismo no Brasil (1950-1964). Texto apresentado na Reunião Anual da *Latin American Studies Association* (LASA), Washington D. C., 2013.
- IANNI, O. *Formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. *O colapso do populismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- ITZIGSOHN, J.; VON HAU, M. Unfinished imagined communities: state, social movements and nationalism in Latin America. *Theory and Society*, n. 35, 2006.
- LACLAU, E. *Ideology and politics in the marxist tradition: capitalism, fascism and populism*. London: New Left Review Books, 1977.
- MACKINNON, M. M.; PETRONE, M. A. Introducción. In: _____. (Orgs.). *Populismo y neopopulismo en América Latina: los complejos de la senicenta*. Buenos Aires: Eudeba, 2011.
- MARINI, R. M. Dialética do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). *Dialética da dependência e outros estudos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTUCELLI, D.; SVAMPA, M. C. Las assignaturas pendientes del nacional-popular: el caso peruano. In: MACKINNON, M. M.; PETRONE, M. A. (Orgs.). *Populismo y neopopulismo en América Latina: los complejos de la senicenta*. Buenos Aires: Eudeba, 2011.
- MONIZ-BANDEIRA, L. A. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MONTESINOS, J. N. Estudio Introdutorio. In: _____. (Org.). *Haya de La Torre o la política como misión civilizadora*. México D. F.: FCE, 2002.
- PEREIRA, A. E. *O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, cultura e política no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2003.
- QUIJANO, A. Notas introductorias. In: MARIÁTEGUI, J. C. *Textos Basicos*. México D. F.: FCE., 1991.
- PORTANTIERO, J. C. *Estudiantes y política en América Latina*. México D. F.: Siglo XXI editores, 1978.
- ROXBOROUGH, I. Unity and diversity in Latin American History. *Latin American Studies*, v. 16, n. 1, 1984.
- WEFFORT, F. C. Movimento operário e democracia: algumas questões para o estudo do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*, v. 1, n. 2, 1978/1979.
- _____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Artigo recebido em: Setembro/2013.
Artigo aprovado em: Novembro/2013.

André Kaysel (andrekaysel@gmail.com) é doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e docente assistente na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).